

# HOMENS PROVISÓRIOS. CORONELISMO E JAGUNÇAGEM EM *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

*Sandra Guardini T. Vasconcelos\**

## RESUMO

**E**ste estudo visa retomar a questão do coronelismo e jagunçagem em *Grande sertão: veredas* e discuti-lo, dentro de uma perspectiva histórica, como um agudo ensaio sobre a liquidação do coronelismo durante a Primeira República. O banditismo e a violência atravessam seu enredo e lhe determinam, em grande parte, o movimento e desfecho. No cruzamento entre Literatura e História, *Grande sertão: veredas* pode contribuir para iluminar, a partir da perspectiva de um participante do mundo da jagunçagem, o modo como se estabeleceram as relações de poder vigentes no sertão brasileiro durante a República Velha, envolvendo fazendeiros, bandos de jagunços e milícias.

**Palavras-chave:** Guimarães Rosa; Sertão; Bandidos e violência; Relações de poder.

Fazendeiro-mor é sujeito da terra definitiva, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório. (GSV)<sup>1</sup>

**A**s anotações marginais no exemplar que se encontra no Acervo João Guimarães Rosa (Gueiros, 1953) compõem de modo esparso e em pequeno número, mas são índice de leitura atenta e interessada. O relato de Optato Gueiros, o comandante das forças volantes que mataram Lampião em 1938 e liquidaram com o cangaço no Nordeste brasileiro, certamente sugeriu ao escritor mineiro meios de construir, de forma verossímil, as ações e aventuras que compõem a saga

\* Universidade de São Paulo.

<sup>1</sup> Rosa (1976). Todas as citações do romance serão indicadas por GSV, seguidas do número de página.

dos jagunços em **Grande sertão: veredas**: a travessia do Raso da Catarina (área desértica ao norte do estado da Bahia), a passagem da Coluna Prestes, os *coiteiros*, a organização interna e as regras de convivência dentro do bando, as práticas do saque, do confisco e da degola, as estratégias de guerra.

Não se limita ao livro de Gueiros a crônica sertaneja, na biblioteca de Rosa. A existência de diversos títulos que tratam do sertão e sertanejos, aí incluídos cangaceiros e jagunços, indica que, para o estudioso da língua e leitor curioso, esses assuntos mereceram atenção, evidenciada, com frequência, na marginália que o autor deixou. São fontes documentais cuja presença, no acervo do escritor, me leva a arriscar a hipótese de que essas leituras contribuíram fortemente para a construção do subtrato do romance. Coincidência ou não, só para mencionar alguns exemplos, no livro de Gueiros a Rosa chamou atenção o nome de um dos comandantes da campanha contra o cangaço, Nelson *Leobaldo*<sup>2</sup> de Moraes (Gueiros, 1953, p. 52), enquanto na longa crônica da família Queiroz Lima, do Ceará, destacou um trecho que, embora longo, vale a pena citar:

O vento nordeste, o constante vento das secas, soprava às vezes com furor, e violentos redemoinhos, levantando do chão varrido turbilhões de poeira e detritos de folhas secas, que se erguiam em tortuosas colunas opacas, alcançavam grande altura e se deslocavam, rodopiando, e seguiam campo a fora, em sibilantes torvelinhos, numa fragorosa contorção de galhos secos, e formava no céu uma nuvem de pó, que chegava a projetar sombras no solo.

Certa vez, em dezembro, na ocasião em que Benedito lhe trazia o almoço, passou ao pé do serrote vertiginoso redemoinho, num crepitar de galhos partidos, levantando retorcidas e contornadas colunas de pó e seguindo rapidamente sertão a dentro.

— Lá vai o “rio do demônio”, credo, cruces! disse Benedito benzendo-se.

— Deixe de tolice; isso são duas violentas correntes de vento que se cruzam e formam um rodopio, que passa levantando a poeira.

— Qual, meu amo: isso é o diabo que passa galopando, vendo os horrores que ele espalhou pelo sertão: a seca, a fome, a peste e a guerra].<sup>3</sup> (Lima, 1946, p. 136-137)

Particularmente sugestiva é a descrição da travessia do Raso da Catarina, que comparece duas vezes na narrativa de Optato Gueiros. As dificuldades, o terreno arenoso e desértico, a falta de água, o sofrimento, o abandono de armamentos, bournais e munição: a passagem de volantes e cangaceiros por essa região seca e inhospita em tudo faz lembrar os dois episódios da travessia do Liso do Sussuarão – “o *raso* pior havente, era um escampo dos infernos”. Até mesmo o fracasso da primeira ten-

---

<sup>2</sup> Assinalado com um grifo e um X na margem, à p. 52 do livro de Gueiros. No exemplar de *Trinta “estórias” brasileiras*, de Luís da Câmara Cascudo (1955), Rosa grifou *ribaldos* (patife, tratante, velhaco).

<sup>3</sup> Guimarães Rosa assinalou com um traço a lápis na margem todo o trecho entre colchetes. No romance, a referência ao redemoinho aparece à página 187.

tativa, sob a chefia de Medeiro Vaz, e a bem-sucedida campanha de Riobaldo se assemelham ao malogro dos volantes e à façanha de Lampião. Um feito que nem mesmo os próprios sertanejos ali nascidos e criados se atreveram a tentar, como assinala Gueiros nas memórias que escreveu com a colaboração de diversos informantes e que presentificam uma vida de andanças e aventuras no encaço de cangaceiros, narradas da perspectiva de quem as viveu pelo lado de dentro.

Os livros de Gueiros e Queiroz Lima constituíram não apenas fontes documentais de natureza histórica e/ou jornalística que estiveram na base de estudos clássicos sobre o cangaço, como *Os cangaceiros*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, e *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó, mas também, tudo indica, parecem ter sido igualmente imprescindíveis para que Guimarães Rosa armasse o quadro referencial de seu monumental romance.

Da tradição oral, Guimarães Rosa registrou pelo menos duas variantes de “romances” sobre um dos mais ferozes e cruéis cangaceiros do sertão, Rio Preto, cantadas pelos vaqueiros da comitiva de Manuelzão, que o escritor acompanhou pelo interior mineiro em maio de 1952.<sup>4</sup> Versões do romance de Rio Preto, o valentão que se acreditava ter pacto com o diabo, eram correntes em Minas e narravam exatamente o momento de sua perseguição e morte por vingança, tema central, aliás, de grande parte dessas histórias e crônicas sertanejas. Vingança que, não custa recordar, é também móvel da ação no romance de Rosa.

Até mesmo para o velho Riobaldo de “range-rede” Rosa encontrou exemplos na crônica sertaneja. São inúmeros os casos de jagunços aposentados, como um certo Raimundo Lobo, que no início do século cuidava pacatamente de sua fazendinha no Pará (Audrin, 1963, p. 196), ou Luís Padre e Sinhô Pereira, que, no decênio de 1960, “habitavam ainda em suas propriedades ao norte de Minas Gerais” e, como [P]atriarcas tranquilos, pareciam ter esquecido seu passado de lutas, de quase cinquenta anos antes”, segundo conta Maria Isaura Pereira de Queiroz. (Queiroz, 1977, p. 55)

Trata-se, no geral, de um conjunto de materiais que têm como pano de fundo o período da história brasileira em que a política dos coronéis viveu seu apogeu e declínio e como traço comum a descrição de um tipo sertanejo, com seus hábitos e costumes, cujo modo de vida Rosa ajudou fortemente a fixar num estudo quase antropológico da figura do jagunço.

A esta altura, deve estar claro que não pretendo, nesse ensaio, nem sequer tocar em qualquer uma das questões, a respeito de *Grande sertão: veredas*, a meu ver já suficientemente tratadas pela crítica para que sejam retomadas aqui. É suficiente lembrá-las: a medievalização do sertão e as aproximações entre o romance de

<sup>4</sup> Ver Pasta de Estudos E28, p. 20-23 e 30-33, no Arquivo João Guimarães Rosa, Instituto de Estudos Brasileiros – USP.

Guimarães Rosa e o imaginário cavaleiresco, a discussão metafísico-religiosa, o pacto, as questões de gênero, a linguagem. Interessa-me pensar num outro conjunto de problemas. Encobertas pela beleza da linguagem e pelo lirismo e dramaticidade do texto, a violência e a brutalidade que pautam as ações e práticas dos jagunços em **Grande sertão: veredas** parecem ter ocupado uma espécie de segundo plano nas leituras críticas do romance. Com raras exceções – Walnice Nogueira Galvão, em **As formas do falso**, é a mais notável delas –, poucos foram os leitores do romance de João Guimarães Rosa que se detiveram na questão do coronelismo e jagunçagem no romance.

É objetivo desse ensaio retomar essa questão e discutir, a partir de uma perspectiva histórica, a inserção de **Grande sertão: veredas** numa linhagem de estudos de interpretação do Brasil que abordaram esse traço das relações sociais e de poder em nosso país. O banditismo e a violência que lhe é inerente atravessam o romance e determinam em grande parte seu movimento e desfecho, permitindo inscrevê-lo no cruzamento entre o literário e o histórico. Através desse entrecruze o romance pode contribuir para iluminar, a partir do ponto de vista de um participante do mundo da jagunçagem, o modo como se estabeleceram as relações de poder vigentes no sertão brasileiro durante a República Velha, envolvendo fazendeiros, bandos de jagunços e milícias. Na sua representação desse mundo, Guimarães Rosa deu voz às contradições e dilaceramentos do nosso país, cuja imagem desenhou como um espaço em que o processo de modernização nunca se deu de maneira homogênea. O Brasil urbano, progressista e moderno aparece sugerido graças à presença e intervenção de Zé Bebelo e das forças do governo, que põem fim ao mundo jagunço, símbolo de um Brasil rural, arcaico e atrasado. Ao mesmo tempo, a morte desse mundo, ainda que vivida enquanto perda, representa também a morte do arcaísmo do favor, tão arbitrário e violento quanto o Estado que o destruiu. **Grande sertão: veredas** expõe a face contraditória do país ao sugerir que o arcaísmo não é apenas resíduo do passado, mas um dos modos mais efetivos do presente e, como tal, corolário do projeto de modernização do país.

A ação de **Grande sertão: veredas** se situa, todos sabemos, nos entornos da República Velha, durante o processo político de consolidação nacional que se seguiu a 1889. As propaladas imprecisão dos marcos temporais e escassez de referências históricas<sup>5</sup> são amplamente compensadas pela recriação, no plano ficcional, dos conflitos e lutas políticas entre facções locais, das disputas entre famílias e grupos que tanto marcaram esse período. Proclamada a República, a manutenção da estrutura econômica do país, baseada no latifúndio, e o desmantelamento da ordem escravo-

---

<sup>5</sup> Ver o ensaio de Flávio Aguiar, “*Grande Sertão em Linha Reta*”, em que ele situa as guerras dos jagunços entre os anos de 1913 e 1917.

crata colocaram em disponibilidade um contingente de homens livres que, sem terra e sem trabalho, foram encontrar no banditismo uma forma de sobrevivência, seja como capangas – homens assalariados a serviço de um fazendeiro que formava assim seu exército privado –, seja como cangaceiros – homens independentes que se organizavam em bandos sob a direção de um chefe prestigioso. Os conflitos entre parentelas, entre fazendeiros e chefes políticos, agravados por movimentos milenaristas como Canudos, na Bahia, o Contestado, em Santa Catarina, e o Caldeirão, no Ceará, fizeram do sertão uma zona conflagrada, no primeiro período republicano.

Entendido como “uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República, e cujas raízes remontam ao Império” (Queiroz, [19--], p. 155), o coronelismo tinha como base os feudos políticos constituídos nos municípios e comandados por chefes locais, cuja autoridade se exercia também em nível econômico e social e cujos aliados e apaniguados formavam sua clientela. Se o mandonismo local havia desde sempre caracterizado a vida política brasileira, como demonstra Maria Isaura Pereira de Queiroz (Queiroz, 1969), o documento assinado em Juazeiro (Ceará) em 4 de outubro de 1911, passando por cima de rivalidades e ódios, propunha o estabelecimento de “uma solidariedade política entre todos” (cf. preâmbulo dos artigos), ficando conhecido como o *pacto dos coronéis*. O poder privado desses coronéis incluía, muitas vezes, o controle não apenas do voto dos eleitores, mas até mesmo o domínio sobre quase todas as esferas de atuação pública, tais como o judiciário, a saúde, a polícia. Como explica Maria Isaura Pereira de Queiroz, o coronel, título que tinha origem na velha Guarda Nacional e correspondia ao topo da hierarquia, “nomeava então, na maioria dos casos, não apenas o indivíduo que detinha uma grande soma de poder econômico e político, como também o que se encontrava na camada superior dos grupos de parentela” (Queiroz, 1969, p. 166).<sup>6</sup> A manutenção desse poder dependia, em grande parte, da reunião, em torno do coronel, de um grupo de homens que formavam uma espécie de guarda pessoal. Esses capangas não só “pertenciam” ao chefe político como habitavam suas terras, não sendo nem independentes nem errantes. Nesse sentido, se diferenciavam dos cangaceiros, em geral pequenos proprietários rurais que, abandonando família, bens e uma vida comum, optavam por uma existência errante e independente, muitas vezes motivados por desejo de vingança ou simples atração pela aventura.

É assim que Maria Isaura Pereira de Queiroz explica o nascimento do que ela chama de verdadeiro cangaço:

<sup>6</sup> Parentela, segundo a autora, é um termo que define de modo mais adequado a realidade brasileira, designando “um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes”.

É em fins do séc. XIX que alguns cangaceiros, apoiados em seu próprio prestígio, se destacam dos chefes de parentela e dos coronéis, perseguindo livremente seu destino. Enquanto no período anterior os bandos, ligados a um chefe de clã, estavam sediados nas terras a estes pertencentes, ou a um de seus aliados, agora o grupo se torna nômade e vagueia pelo Sertão, ao bel prazer dos chefes e das alianças que estabelecem.

Quando um chefe político local ou regional busca se aliar com um bando independente de cangaceiros, imediatamente seus adversários solicitam o apoio da polícia, e vice-versa. A população se divide então entre os que auxiliam os cangaceiros, – os famosos coiteiros; e os que auxiliam as volantes, destacamentos móveis da polícia. São estas as duas grandes facções em luta no Nordeste seco, entre 1894 e 1940. (Queiroz, 1977, p. 55)

O decênio de 1920 parece ter sido um desses momentos em que o sertão se encontrava particularmente infestado de grupos de homens armados, espalhados numa vasta área que ia do Maranhão à Bahia. Um jornal do Rio dava voz à inquietação provocada por essa presença:

A que atribuir este fenômeno generalizado, que de Norte a Sul, em zonas separadas por centenas de léguas, e só no meio de uma classe de habitantes, deflagra com o mesmo caráter violento? Por que motivo, sem entendimento prévio, e sem nenhuma ligação, a rebeldia sertaneja estoura em uma extensão de oitocentas léguas, e depois de escrever as páginas de Canudos, rebenta em Mato Grosso, aparece em Goiás, salta para o Contestado, pipoqueia em pontos distantes como irrupções locais de um fogo subterrâneo no subsolo da sociedade, e centralizando sua ação principal, devasta o Nordeste até as brenhas do Maranhão, em luta renascente e exaustiva, visando sempre os depositários da autoridade?”. (Facó, 1972, p. 184)<sup>7</sup>

A disseminação dos bandos de cangaceiros e jagunços, a violência generalizada, a impunidade, se tinham causas sociais evidentes (as secas, a fome), eram o corolário do sistema político vigente, baseado no coronelismo e no mandonismo, e da ausência do poder público central ou, no mínimo, da sua conivência com os chefes políticos locais. Uma ausência que, ainda no presente da narrativa de Riobaldo, causa espécie ao jagunço já retirado das lutas:

(...) Por que o Governo não cuida?!

Ah, eu sei que não é possível. Não me assente o senhor por beócio. Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias. Tanta gente – dá susto se saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo e se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... (GSV, 15)

O jagunço, empregado a soldo dos latifundiários e fazendeiros, arregimentado entre aqueles que não tinham terra nem trabalho ou entre os homens livres da

---

<sup>7</sup> O autor, citado por Rui Facó, é Américo Werneck, in *Correio da Manhã*, 10/11/1921.



plebe rural, como os *agregados* ou *moradores*, colocavam-se a serviço dos coronéis e estabeleciam com eles uma relação de dependência, oferecendo seu braço armado em troca de proteção. Fruto da condição semi-servil de agregados, camaradas e rendeiros e do monopólio da terra, os apaniguados dos grandes proprietários exerciam função policial ao mesmo tempo que constituíam uma força utilizada para o exercício do poder.

Que uma série de rebeliões envolvendo os habitantes do campo tenha eclodido entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX é evidência inegável das crises, seja de ordem econômica, social ou política, que assolaram o período a que chamamos de República Velha. Crises essas agravadas pelos movimentos das massas sertanejas como Canudos, o Contestado e o Caldeirão, só para mencionar os mais conhecidos. A eclosão e a motivação dessas insurreições tiveram como pano de fundo o abandono em que viviam as populações do sertão, terra sem lei onde a violência foi (e continua sendo) endêmica. É difícil deixar de concordar com o argumento de Rui Facó de que o misticismo e o messianismo desses grupos teriam tido uma base “perfeitamente material”, dada a exploração e o atraso a que essas populações estiveram submetidas. O fanatismo seria, dessa forma, de um lado a resposta desses contingentes à miséria e, de outro, a justificativa perfeita das classes dominantes para o esmagamento dos insubmissos e revoltosos. Na esteira desse argumento, Facó ressalta que, longe de ser os “retardatários” da civilização, como os definiu Euclides da Cunha, os jagunços de Canudos e do Contestado, assim como os cangaceiros que infestaram o sertão nordestino, foram todos produto de uma mesma estrutura agrária e fundiária, de um mesmo quadro de exploração, atraso e miséria.

Wilson Lins, no entanto, estabelece uma distinção entre eles, conferindo ao jagunço uma certa nobreza de caráter e desprendimento que não enxerga no cangaceiro:

Ser jagunço não é ser cangaceiro. Há uma profunda diferença entre o jagunço, sertanejo que possui sua arma de fogo, seu punhal de aço bom, e está sempre pronto a lutar por um amigo, sem lhe custar um centavo, e o cangaceiro, indivíduo sem pouso, que vive do crime, assaltando os viajeiros nas estradas ou os moradores em suas casas.

O jagunço é homem que, sem abandonar o seu roçado ou o seu curral de bois de cria, participa das lutas armadas ao lado de amigos ricos ou pobres. (Lins, 1983, p. 98-99)

Essas diferenças são grandemente atenuadas no romance. Nem capangas, como os que se associavam a um chefe de parentela ou a um chefe político, nem cangaceiros, como os que se organizavam nos bandos que percorreram as caatingas áridas do polígono das secas, os jagunços de Grande sertão: veredas são representa-

dos como homens livres que optaram pelo modo de vida provisório e nômade da jagunçagem pelos mais variados motivos. Não recebem soldo, como os primeiros, mas são parte integrante do esquema político que impera no sertão e que coloca em choque diferentes grupos e facções. São independentes, como os segundos, de quem imitam a organização do bando e certas práticas cotidianas, fruto da vida nômade que abraçam. Recriados a partir de dados da realidade, figuram, portanto, no romance como uma mistura que, combinando traços de um e outro tipo, resulta num tipo composto que retém características dos dois.

A composição dos bandos e as motivações de seus componentes são diversas e heterogêneas, como esclarece Riobaldo ao explicar a seu interlocutor que “Joca Ramiro – grande homem príncipe! – era político”, “Antônio Dó – severo bandido”, “Andalécio, no fundo, um homem-de-bem, estouvado raivoso em sua toda justiça”, Ricardão “queria mesmo era ser rico em paz” e Hermógenes “nasceu formado tigre, e assassim” (GSV, p. 16). Da guerra civil entre bandos, participam desde fazendeiros como Ricardão e Hermógenes ou ex-fazendeiros, como Medeiro Vaz, até as fileiras que se originam do exército industrial de reserva, desta vez não a serviço da produção mas da violência, sob o mando dos patrões, donos da terra. Vários coronéis, envolvidos nas lutas dos medeiro-vazes, dos sô-candelários, dos joca-ramiros, dos zebebelos<sup>8</sup> ao longo do romance, aparecem referidos no relato de Riobaldo: coronel Adalvino, “forte político”, coronel Horácio de Matos (figura referenciada na história),<sup>9</sup> coronel Juca Sá, coronel João Duque, de Carinhanha (também figura histórica), coronel Caetano Cordeiro e doutor Mirabô de Melo, para citar alguns.

No sertão conflagrado de *Grande sertão: veredas*, há grupos de todo tipo: desde bandos armados que espalham a desordem e o terror, invadindo cidades, arrasando o comércio, saqueando, desafiando as autoridades e ofendendo mulheres e famílias (cf. GSV, p. 102), ou bandos jagunços como o de Joca Ramiro e Medeiro Vaz, que, sendo contrários ao Governo, buscam instaurar a justiça e coibir a ação de bandidos e desordeiros, até bandos de homens a soldo como o de Zé Bebelo, que almeja liquidar com os jagunços, “relimpar o mundo da jagunçada braba” e trazer o progresso e a civilização para o sertão.

Valentões assalariados ou camaradas em armas, a jagunçagem, “estado de lei” em oposição à lei do Governo e do Estado, se rege por seu próprio código de hon-

---

<sup>8</sup> Ao assim se referir aos jagunços de *Grande sertão: veredas*, Rosa repete uma prática comum no cangaço, a de utilizar a antonomásia para nomear os membros dos bandos: “os Brilhantes, os Serenos, os Viriatos, os Simplícios, os Meireles, os Calangros, os Quirinos, que em geral tomavam o nome ou apelido de seu chefe.” (Facó, 1972, p. 166). O toque rosiano aparece, sem dúvida, no belo efeito resultante da composição de nome e sobrenome.

<sup>9</sup> Rui Facó menciona o coronel Horácio de Matos, dono de vastos garimpos que se envolveu numa disputa nas Lavras Diamantinas, em 1919-1920. Registra também que Horácio de Matos foi “senhor absoluto” desde as Lavras Diamantinas até o São Francisco. Ver Facó (1972, p. 55-56). Sobre Horácio de Matos, ver ainda Moraes (1963).



ra e se organiza segundo normas próprias, ditadas pelas necessidades de sobrevivência do grupo, e segundo uma espécie de acordo tácito entre seus membros. Caracteriza-a forte senso de hierarquia, que determina que aos chefes cabe ditar as ordens e aos subordinados, cumpri-las. Guimarães Rosa é preciso na reconstituição da organização interna dos bandos, assim como de seu cotidiano, divisão de trabalho e costumes, como o da lavração de dentes à ponta de faca, hábito compartilhado por jagunços e cangaceiros e devidamente registrado na literatura antropológica. (Arroyo, 1984)

Se há ressonâncias da cavalaria andante na caracterização de certas personagens do romance, através da atribuição de valores como a coragem, a lealdade e a perseverança, a luta pela justiça e o respeito à amizade, os grandes feitos de armas e o heroísmo convivem com a brutalidade e a crueza de cenas que expõem o lado perverso das relações entre os habitantes do sertão. A aura da cavalaria, fruto da difusão e permanência da **História de Carlos Magno e dos doze pares de França**<sup>10</sup> no imaginário sertanejo, encobre, até certo ponto, a sanha sanguinária dos jagunços e empresta um sentido ambivalente às suas ações, misto de abuso da força e de generosidade cavaleiresca.

Chefes e subordinados integram, todos, a ordem privada instaurada pelo mandonismo que transforma empregados fiéis e homens livres em jagunços, utilizados para os “ajustes pela violência” de que fala Maria Sílvia Carvalho Franco, e para a manutenção de uma estrutura de poder, com seus chefes, parentelas e “cabras”, que Selorico Mendes, apreciador das “altas artes de jagunços”, descreve com acerto:

— Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, roncice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! Domingos Touro, no Alambiques, Major Urbano no Macacá, os Silva Salles na Crondeúba, no Vau-Vau dona Próspera Blaziana. Dona Adelaide no Campo-Redondo, Simão Avelino na Barra-da-Vaca, Mozar Vieira no São João do Canastrão, o Coronel Camucim nos Arcanjos, comarca de Rio Pardo; e tantos, tantos. Nisto que na extrema de cada fazenda some e surge um camarada, de sentinela, que sobraça o pau-de-fogo e vigia feito onça que come carcaça. Ei. Mesma coisa no barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova, cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros: ver São Francisco da Arrelia, Januária, Carinhanha, Urubú, Pilão Arcado, Chique-Chique e Sento-Sé. (GSV, p. 87-88)<sup>11</sup>

<sup>10</sup> A popularidade do livro pode ser atestada de norte a sul do país, pela presença do mito desde o cangaço de Lampião até o Contestado, em Santa Catarina. Aqui, não só a história de Carlos Magno era o livro de cabeceira de José Maria como também os 24 cavaleiros que constituíam a vanguarda armada dos rebeldes eram chamados de os “Doze Pares de França”.

<sup>11</sup> Muitas dessas localidades aparecem referidas numa toada registrada por Lins (1983), citada por Arroyo (1984, p. 134). Arroyo explica que se trata de “exemplo flagrante de rivalidades locais (alicantinas) na beira do São Francisco”: “Juazeiro da lordeza/ Petrolina dos missais/ Santana dos Cascais/ Casa Nova da carestia/ Sento Sé

É para decidir questões políticas que Alarico Totõe, fazendeiro do Grão-Mogol, e seu irmão Aluiz Totõe encomendam o “auxílio amigo” dos jagunços, sempre chamados, como ensina a crônica, quando se fazia necessário intervir em eleições, liquidar inimigos, resolver querelas. Sobre a violência que grassou no sertão brasileiro, Riobaldo também dá testemunho, declarando a seu ouvinte que “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!” (GSV, p. 18), para logo depois se referir às atrocidades que assolavam “tantos pobrezinhos arraiais”, com gente “(...) baleando, esfaqueando, estripando, furando os olhos, cortando línguas e orelhas, não economizando as crianças pequenas, atirando na inocência do gado, queimando pessoas ainda meio vivas, na beira de estrago de sangues”. (GSV, p. 40)

E, embora Riobaldo procure distinguir entre os hermógenes e cardões, que “roubavam, defloravam demais, determinavam sebaça em qualquer povoal atôa”, e os medeiro-vazes liderados pelo “rei dos gerais” paladino contra os “desmandos de jagunços” e em prol da justiça, num tempo de guerra atenuam-se as diferenças entre bandidos e heróis, porque nem mesmo um Medeiro Vaz, que “não maltratava ninguém sem necessidade justa, não tomava nada à força, nem consentia em desatinos de seus homens”, nem ele escapa das imposições e vicissitudes da guerra deflagrada no sertão, seja na sua primeira etapa, apenas entre os bandos rivais, seja na sua segunda fase, em que entram também os soldados do Governo. Pois, como salienta Antonio Cândido (1970), no mundo da violência pouco variam os métodos de transgressores e defensores da lei.

Mesmo aposentado, Riobaldo não descarta a possibilidade de voltar a incendiar o sertão e, precavido, soube rodear-se de sua gente:

Chegassem viessem aqui com guerra em mim, com más partes, com outras leis, ou com sobejos olhares, e eu ainda sortio de acender esta zona, ai, se, se! É na boca do trabuco: é no té-retê-retém... E sozinho não estou, há-de-ó. Pra não isso, hei coloquei redor meu minha gente. Olhe o senhor: aqui, pegado, vereda abaixo, o Paspé – meeiro meu – é meu. Mais légua, se tanto, tem o Acauã, e tem o Compadre Ciril, ele e três filhos, sei que servem. Banda desta mão, o Alaripe: soubesse o senhor o que é que se preza, em rifleio e à faca, um cearense feito esse! Depois mais: o João Nonato, o Quipes, o Pacamã-de-Presas. E o Fafafa – este deu lances altos, todo lado comigo, no combate velho do Tamanduá-tão: limpamos o vento de quem não tinha ordem de respirar, e antes esses desrodeamos... O Fafafa tem uma eguada. Ele cria cavalos bons. Até um pouco mais longe, no pé-de-serra,

---

da nobreza/ Remanso da valentia/ Pilão Arcado da desgraça/ Xiquexique dos Bundão/ Icatu cachaça podre/ Barra só dá ladrão/ Morporá casa de palha/ Bom Jardim da rica flor/ Urubu da Santa Cruz/ Triste do povo da Lapa/ Se não fosse o bom Jesus/ Carinhonha é bonitinha/ Malhada também é/ Passa Manga e Morrinho/ Paga imposto em Jacaré/ Januária carreira grande/ Corrente meia carreira/ Bate o prego em Santa Rita/ Pra cagar mole em Barreira/ São Francisco da Arrelia/ São Romão das feiticeiras/ Extrema dos Cabeludo/ Pirapora é da poeira”. A toada, cantada por remeiros do São Francisco, é citada por Riobaldo, à página 129 do romance.

de bando meu foram o Sesfrêdo, Jesualdo, o Nelson e João Concliz. Uns outros. O Triol... E não vou valendo? Deixo terra com eles, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. Para que eu quero ajuntar riqueza? Estão aí, de armas areiadas. Inimigo vier, a gente cruza chamado, ajuntamos: é hora dum bom tiroteamento em paz, expr'imentem ver. (GSV, p. 21-2)

Tal como uma de suas fontes, o livro de Optato Gueiros, que relata o fim do cangaço, Guimarães narra, em *Grande sertão: veredas*, a morte do mundo jagunço, representando ambas as obras dois olhares diversos e complementares sobre um período importante da história brasileira, em que também entrava em declínio uma forma de organização política que havia marcado as primeiras décadas do século XIX brasileiro. O principal golpe contra o poder político dos coronéis foi desferido pelo movimento de 1930, numa investida da burguesia por uma maior participação no poder. Com a Revolução de 30, entretanto, apesar da transferência do foco de poder dos Estados para a União e do enfraquecimento do coronelismo, apenas se alterava a correlação de forças no interior da aliança de interesses entre latifundiários e burguesia, sendo que a balança passou a pender mais, nesse caso, para essa última. Sem mudanças substanciais na estrutura agrária, alicerçada na grande propriedade, ou na base econômica, os latifundiários, no entanto, perderam suas prerrogativas políticas, com a Carta Constitucional de 1937. O surto industrial iniciado com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, abrindo oportunidades de trabalho no sul do país, ampliou o êxodo rural, levando os habitantes do campo a migrar para a cidade. Romperam-se os laços de dependência ou lealdade entre fazendeiro e trabalhador e ser jagunço deixou de ser um meio de vida. Sem que se tenham resolvido muitos dos problemas que estiveram na origem da jagunçagem e do cangaço, hoje os homens sem terra e sem trabalho continuam em busca de seu pedaço de chão e os grandes latifundiários já não se valem de jagunços e capangas, mas de pistoleiros, homens a soldo que matam por escolha e profissão. Em seus atos, não há vestígio da mescla de valentia e ferocidade, bravura e vileza que cercou a fama e a legenda dos bandoleiros do sertão. Hoje os pistoleiros são matadores profissionais.

Dessa forma, para a pergunta feita numa ocasião por Roberto Schwarz a respeito de *Grande sertão: veredas* – por que uma situação exótica como a dos jagunços pode ser paradigmática para a nossa autocompreensão – a resposta parece residir na própria história escrita com sangue, iniquidade e violência que marca nosso país. Na sua mescla de ficção e história, o romance de Guimarães Rosa é não apenas o “mais profundo e mais completo estudo até hoje feito sobre a plebe rural brasileira”, como avalia Walnice Nogueira Galvão, mas é sobretudo um agudo ensaio sobre a liquidação do coronelismo durante a Primeira República, narrado de dentro e de baixo, da perspectiva de uma personagem que viveu todo o processo. Só por isso já mereceria figurar ao lado dos melhores ensaios de interpretação de um dos períodos mais conturbados da história do Brasil que nossa historiografia produziu.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to consider the question of *coronelismo* (the reign of colonels) and *jagunçagem* (from *jagunço* or backlands bandit) in **Grande sertão: veredas** and discuss the novel from an historical perspective as an extremely perceptive study about the collapse of *coronelismo* during the First Republic, between 1889 and 1930. Bandits and violence constitute an essential feature of its plot and largely determine its development and denouement. Between fiction and history, **Grande sertão: veredas** can help illuminate, from the viewpoint of somebody who participated in that world, the way power relations were established in the Brazilian *sertão* during the Old Republic, involving farmers, bandits and the military police.

**Keywords:** Guimarães Rosa; *Sertão* (backlands); Bandits and violence; Power relations.

### Referências bibliográficas

AGUIAR, Flávio. *Grande sertão em linha reta*. In: DUARTE, Lélia Parreira; ALVES, Maria Theresa Abelha (Org.). **Outras margens: estudos da obra de Guimarães Rosa**. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2001. p. 61-76.

ANDRADE, Vera Lúcia. Conceituação de jagunço e jagunçagem em *Grande sertão: veredas*. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 28 maio, 1977. Suplemento Literário.

ARINOS, Afonso. **Pelo sertão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1947.

ARRIGUCCI JR., Davi. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 40, p. 7-29, nov. de 1994.

ARROYO, Leonardo. **A cultura popular em Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

AUDRIN, José M. **Os sertanejos que conheci**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963.

BARROSO, Gustavo. **Terra de sol**. 5. ed. Rio de Janeiro: São José, [1956].

CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: \_\_\_\_\_. **Vários escritos**. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1970. p. 133-160.

CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: \_\_\_\_\_. **Tese e antítese**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964. p. 119-140.

COUTINHO, Eduardo F. **Em busca da terceira margem: ensaios sobre Grande sertão: veredas**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **O desmoronamento do mundo jagunço**. Florianópolis: FCC Edições, 1986.

DIAS, Fernando Correia. Aspectos sociológicos de *Grande sertão: veredas*. In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.). **Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 390-407.

- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade em Grande sertão veredas**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GERSON, Brasil. **Pequena história dos fanáticos do Contestado**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, [19--]. (Cadernos de Cultura)
- GUEIROS, Optato. **“Lampeão”**: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. 2. ed. São Paulo: Linográfica, 1953.
- LIMA, Esperidião de Queiroz. **Antiga família do sertão**. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- LINS, Wilson. **O médio São Francisco, uma sociedade de pastores guerreiros**. São Paulo: Nacional, 1983.
- MORAES, Walfrido. **Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas Lavras da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. Trilhas no Grande Sertão. In: \_\_\_\_\_. **Augusto dos Anjos e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Grifo, 1976. p. 155-240.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, [19--]. v. 1, t. 1, p. 155-190.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 11. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 11. ed. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 162-226.
- STARLING, Heloísa. **Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.